

ASCENSÃO DO “PROFISSIONAL AGRÍCOLA” NO ESPAÇO RURAL FRANCÊS¹

Ideni T. ANTONELLO²

Resumo

As transformações ocorridas no espaço rural francês atrás no seu bojo o processo de desintegração do velho e a ascensão de novas relações sociais de produção. Envolve nesse movimento o campesinato muda-se. O desenrolar desse processo é marcado pela atuação do Estado, via a “política agrícola moderna”, na produção e reprodução do espaço rural francês. Por conseguinte, proporcionou as condições necessárias para fomentar o metabolismo na forma como o trabalho se apresenta ao grupo doméstico rural, que passa da forma de trabalho concreto para a forma de trabalho abstrato. Dessa maneira, tornou possível a emergência do profissional agrícola no agro francês.

Palavras-chave: campesinato; profissional agrícola; espaço rural.

Résumé

L'ascension de le "professionnel agricole" dans l'espace rural français

Les transformations se sont passées dans l'espace rural français avec le processus de désintégration du vieux et l'ascension de nouveaux rapports sociaux de production. Ce mouvement a touché la paysanne, elle a se transformé. Dérouler ce processus marqué par la performance de l'État, avec la “politique agricole moderne”, dans la production et reproduction de l'espace rural français. Par conséquent, fournit les conditions nécessaires pour fomenter le métabolisme dans la forme comme le travail se présenter au groupe domestique qu'il a passé de la forme du travail concret à la forme de travail abstrait. Par conséquent, s'observe dans l'acre français l'apparition du professionnel agricole.

Mots clé: paysanne; professionnel agricole; espace rural.

¹ O presente texto é fruto da realização do doutorado “sanduíche” na Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris II. Financiado pelo CNPq.

² Professora Adjunta da Universidade Estadual de Londrina –UEL e-mail: antonello@uel.br

INTRODUÇÃO

A evolução das relações sociais com a decomposição do feudalismo fomenta a produção do espaço rural apoiada em regimes agrários diferenciados, determinados em função da especificidade de cada país e do jogo de forças entre camponeses e senhores feudais com a desintegração do poder dos segundos com a ascensão de um novo modo de produção, o capitalismo.

Para Servolin (1989), a produção do espaço rural francês será direcionada com base no "modele paysan", o qual representa a gênese do desenvolvimento de uma agricultura individual moderna. A mesma personifica "uma construção especificamente européia", pois "Elle est le produit d'une évolution historique extrêmement longue et complexe, d'une construction sociale où s'entremêlent les facteurs économiques et politiques" (SERVOLIN, 1989, p. 22).

O "modele paysan" pautou-se na produção familiar e sua raiz encontra-se nas mudanças ocorridas ao longo do domínio do feudalismo, ocasionadas pela evolução técnica resultante da passagem dos sistemas de rotação com pousio para sistemas com culturas forrageiras (leguminosas), que permitiram uma intensificação da produção. O avanço da forças produtivas no espaço rural dos países de capitalismo avançado, no caso a o francês, fomentou as condições necessárias para desencadear a metamorfose do "modelo paysan" para uma agricultura individual moderna, a qual cristaliza-se no metabolismo de transformação da forma como o trabalho se apresenta ao grupo doméstico rural, que passa da forma concreta, sensível para a forma abstrata, a segunda materializada no profissional agrícola.

O sustentáculo dessas transformações é fruto do constante avanço tecnológico, objetivado, sobretudo, na automação, na informática, na robótica, nas telecomunicações, na microeletrônica e na engenharia genética. O potencial tecnológico será a pilastra no novo padrão produtivo (agricultura individual). Por conseguinte, segundo Leontief (apud RIFKIN, 1997, p.24) "Les role des humains entant que principal factor de la production est condamné à diminuer, de la même manière que celui des chevaux dans la production agricole fut d'abord réduit, puis finalement éliminé par l'introduction des tracteurs".

Tal fato é visível nos países de capitalismo avançado, pois em seus agros a espacialização do capital faz sentir a força do conhecimento técnico/científico, transubstanciam a agricultura em atividade profissional.

Assim, com base nesse processo de transformações busca-se neste estudo abarcar as mutações do campesinato francês – "modele paysan" fomentadas pelas transformações do trabalho, com a atuação direta do Estado, via a "Política Agrícola Moderna". Salienta-se que a discussão teórica das transformações do trabalho, ou seja, do processo de passagem do trabalho concreto para o trabalho abstrato está fundamentado em Antonello (2001).

Nesse sentido, para obter o intuito do estudo ancorou-se metodologicamente e teoricamente, basicamente, na literatura francesa.

O DESENCADEAR DO PROCESSO DE EMERSÃO DO “PROFISSIONAL AGRÍCOLA”

... les formes plus traditionnelles qui dsiparaissent sous l'effet au progrès techniques et de la déstructuration du milieu rural traditionnel, avec la professionnalisaton du travail agricole (CERF; LENOIR, 1987, p.97).

O camponês, para Servolin, caracteriza-se pelo chefe da exploração dispor do controle sobre os meios de produção, particularmente, da terra, e “... son objectif est d'assurer sa subsistance et celle de sa famille, ainsi que la perpétuation et la reproduction de celle-ci” (1989, p.30). Contudo, um ponto chave continuava a pesar sobre a produção camponesa servil: a renda, que deveria ser repassada para o proprietário fundiário, principalmente sob a forma de renda em produto e renda em trabalho e, posteriormente, sob a forma de renda em dinheiro.

Enquanto a Revolução de 1789 livrou o campesinato dos tributos feudais, e transmutou-os de camponês-servil em camponês-proprietário, as gerações posteriores herdaram a terra como mercadoria, “... e, como mercadoria, pagavam sob a forma de preço da terra o que os seus antepassados semi-servos haviam pago sob a forma de arrendamentos, dízimos, contribuições pessoais, etc” (MARX, s/d, p.176).

O camponês-proprietário, para se desenvolver livre das amarras dos senhores feudais, teve que enfrentar o obstáculo do valor do instrumento de produção, a terra. E, para removê-lo, recorria necessariamente ao endividamento sobre a forma de título da dívida (hipoteca), e até mesmo aos usurários, culminando em “... uma situação em que o camponês da França, sob a forma de juros das hipotecas que gravam a terra, sob a forma de juros dos adiantamentos não hipotecários do usurário, cede ao capitalista não só todo o lucro líquido -, mas até mesmo uma parte do salário, [...] a pretexto de ser proprietário privado” (MARX, s/d, p. 177).

A diretriz de vida do campesinato francês, no decorrer do século dezenove, volta-se para a luta pela terra, pois acreditava que a terra era a “chave de sua libertação”. Para Marx, neste período, a pequena produção francesa se encontrava escravizada pelo capital (hipotecas, juros) o que “transformou a massa da nação francesa em trogloditas”.

O espaço francês, no final do século XIX, era produto de heterogeneidade de interesses, materializado em classes sociais assaz diferenciadas e, por conseguinte, conflituosas: luta do camponês contra a usura nas hipotecas, do pequeno burguês contra o domínio do grande comerciante; dos produtores sem terra contra os grandes proprietários, dos trabalhadores agrícolas contra sobre-exploração da sua força de trabalho e dos proletários contra a burguesia.

Essa ebulição social é fruto da expansão e fortalecimento do capitalismo na França, a qual acelera-se com Napoleão III (1860) através dos projetos de desenvolvimento industriais colocados em prática. Do ponto de vista da agricultura, tomou-se a mesma atitude, ou seja, uma tentativa de desenvolvimento do processo produtivo agrícola com base industrial.

Contudo, mantinha-se latente o perigo dos antigos proprietários feudais em quererem readquirir suas terra e, por decorrência, o poder político. Assim, a pequena propriedade camponesa representava uma arma contra os mesmos. Nas palavras de Marx “O campesinato era o protesto ubíquo contra a aristocracia dos senhores de terra que acabara de ser derrubada. As raízes que a pequena propriedade estabeleceu no solo francês privaram o feudalismo de qualquer meio de subsistência” (MARX, s/d, p.280).

Nesse contexto, a política agrícola do Segundo Império é direcionada para as pequenas e médias explorações, pois os interesses de ambos convergiam em um ponto – a luta contra os senhores de terra. De acordo com Servolin, essa política agrícola foi o germe do desenvolvimento da produção agrícola individual moderna.

A política agrícola até o fim do século XIX, toma um novo direcionamento, assumindo uma forma conservadora e protecionista, levando a um imobilismo no setor. Portanto, o camponês manteve-se produzindo com baixa tecnologia respaldado pela mão-de-obra abundante e barata, pois, em 1906, 43,1% da população ativa encontrava-se no setor primário (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução da População Ativa Agrícola Francesa 1906-2000

ANOS	POPULAÇÃO ATIVA AGRÍCOLA %
1906	43,1
1921	42,5
1931	36,3
1936	36,9
1946	36,4
1954	26,7
1962	20,1
1970	13,1
1973	11,8
1977	8,9
1980	8,0
1983	7,1
1985	6,6
1990	5,2*
2000	4,2***

FONTE: Servolin, 1989, p.298.

* Roy, 1993, p.264.

** Hervieu, 1996, p.9.

*** Dollé, 2004, p.48

OBS: Salienta-se que a partir de 1970 os dados compreendem a população ativa ocupada.

As trilhas demarcadas pela política agrícola condicionaram o campesinato a uma inércia em seu modo de vida, personificando uma economia de necessidade, cuja lógica da economia capitalista na França "... s'est arrêtee en chemin; elle a fait une pause d'un siècle et demi; tout en acceptant lentement les nouveautés techniques, ses paysans sont demeurés 'paysans'" (MENDRAS, 1992, p.15).

Em outras palavras, o campesinato francês, na sua inacreditável simplicidade mergulha nos meandros do saber tradicional, fecha-se sobre o manto do tradicionalismo e se reproduz na concepção de trabalho sensível, trabalho direcionado a uma finalidade. Esta organização baseada no patrimônio familiar e na produção doméstica (trabalho familiar) determinou os padrões de sua própria reprodução e suas relações exter-

nas com o mercado. Dessa forma, o campesinato francês demorou-se “paysan”, para Mendras (1992) um atraso de 150 anos em relação aos demais países de capitalismo avançado, pois no período entre as duas guerras mundiais, a população agrícola ativa encontrava-se em torno 39,12% do total da população (Tabela1).

Entretanto, após a Primeira Guerra Mundial, o Estado assume o papel de fomentador da reprodução do espaço rural, com intuito de uma produção racional do espaço e utiliza como instrumento para este fim a Política Agrícola Moderna (1919-1929). Assim, dar-se-á o início ao processo de desorganização e dissolução de organizações familiares laboriosas, perdendo ao mesmo tempo as suas velhas formas de trabalho submetidas às regras tradicionais.

Dessa forma, ocorre a materialização da racionalidade capitalista em todas as esferas da produção camponesa, ou seja, do trabalho humano para o trabalho tecnológico, da terra como meio de existência familiar para terra com “... 'outil de travail', à utiliser le plus rationnellement possible” (HERVIEU, 1996,p.23).

Para Grall, a partir de 1970 não se pode escamotear as transformações do espaço rural, revelando a realidade de que: “... de plus en plus l'exploitant agricole est un homme qui travaille le plus souvent seul”(1994, p.25). A afirmação acima se torna clara ao se observar o contínuo decréscimo da população ocupada nas atividades agrícolas que passa de 13,1%, em 1970, para 8%, em 1980, para 5,2% em 1990 e chega em 2000 com 4,2% (Tabela 1).

Entretanto, para atingir a forma acabada de *entrepreneur*, o campesinato francês é alvo de atenção direta por parte do Estado, pois a França se reconhece como “une nation agricole par excellence”, e colocará em prática um plano para honrar esta vocação (ROY, 1993). Servolin (1989) defende que “Le tournant”, a reviravolta do processo de produção do espaço rural francês, tem como marco a crise que afetou o mercado dos produtos de origem animal, principalmente por reconhecer que 30% a 40% das pequenas e médias explorações tinham como base de sua renda o rebanho bovino, sobretudo leiteira.

A reviravolta é fruto de uma ação direta do Estado sobre o mercado. Ele cria um sistema de centralização, regulamentação e gestão dos mercados agrícolas (1953) que, em 1960 é relançado sob a forma de “Fonds d'Orientation et de Régularisation des Marchés Agricoles” (FORMA), com a função de financiamento e operação de intervenção por parte do Estado sobre a produção agrícola, tendo como princípio “le meilleur prix possible”, assim definido: “... un prix le plus bas possible pour le budget du consommateur et procurant au producteur une juste rémunération de son travail” (SERVOLIN, 1989, p.97).

De modo geral, a intervenção ocorre quando o preço desce a um patamar insuportável para os produtores, com a retenção pelo poder público de uma parte da produção ofertada. Nessa estratégia de intervenção, o Estado contará com dois aliados fundamentais: as agro-indústrias, por possuírem um controle direto sob os produtores formadores do seu complexo e desempenharem um papel essencial na transformação do espaço rural francês, bem como os diversos institutos de pesquisa e ensino criados a partir do INRA (L'Institut National de la Recherche Agronomique, 1947) destinados a produzir e transmitir o conhecimento científico e tecnológico aos produtores.

Assim, para que a passagem do camponês à categoria de “profissional da agricultura” se realize plenamente, combina-se o poder de diversas instituições de desenvolvimento para atingir o escopo da “fabrication” do agricultor moderno (SERVOLIN, 1989).

A força da modernização se faz sentir a partir do programa “Développement” (Lei de 1966), com uma proposta que ultrapassa a simples difusão de tecnologia, e

incorpora o papel de fomentador da reestruturação produtiva e social da agricultura. Os objetivos são fixados e os idealizadores: "... affirmation, avec la plus grande netteté, que l'État veut encourager le développement de 'l'exploitation à responsabilité individuelle', l'exploitation familiale moderne"(SERVOLIN, 1989, p.125).

Em um primeiro momento, é capturado um elemento interno ao campesinato, o seu fundamento social, a família. O trabalho familiar é incentivado no sentido da maximização do seu potencial, isto é, na busca de uma utilização racional e eficaz, do ponto de vista capitalista, dos recursos disponíveis na unidade de exploração camponesa. E para que isso se realize, contam como aliado a técnica/modernização do processo produtivo para o aumento da produtividade do trabalho e da terra. Assim, o campesinato vai introjetando o "espírito do capitalismo" e moldando o seu trabalho nos princípios da racionalidade econômica. Por conseguinte, o seu estilo de vida passa a ser coordenada pela racionalidade com base nos cálculos rigorosos, dirigidos para o sucesso econômico.

Entretanto, para moldar o camponês na forma de empreendedor moderno; era necessário tornar a terra economicamente viável. Para tanto, é promovida a lei de "Régulation du Marché Foncier", colocada em prática em cada Departamento pela "Société D'aménagement Foncier et D'établissement Rural" (SAFER). Terá como função uma reestruturação fundiária, não de forma direta de desapropriação ou estatização da terra, mas através do mecanismo de seleção dos futuros proprietários, pois adquire toda a terra colocada à venda e, posteriormente, repassam-na através da venda.

A estrutura fundiária francesa, no fim do século XIX, era caracterizada por um grande número de micro-parcelas (< 5 ha), descontínuas muitas vezes se limitavam umas com as outras e se entrecruzavam por todos os lados, configurando um caos fundiário e social, no sentido que mesmo nivelando a necessidade de existência do camponês, ao um patamar tradicional, o campesinato se encontrava em um situação miserável. Essa situação lentamente vai-se alterando, acompanhada pelo êxodo rural e pela modernização (Tabela 2).

**Tabela 2 – Estrutura Fundiária Francesa
1892-2000**

ANOS	< 5 ha	5 – 20 ha	20- 50 ha	50-100 ha	>100 ha	Total(mil)
1892	4064	1217	335	52	33	5701
1929	2160	1310	380	81	32	3963
1955	800	1013	377	75	20	2285
1963	549	894	394	85	23	1900
1967	447	724	399	92	26	1688
1975	377	456	359	106	32	1330
1981	327	379	339	117	35	1197
1985	263	315	317	123	38	1056
1987*	236	282	299	124	40	981
1993**	-	-	-	132	61	801
2000***						664

Fonte: Servolin, 1989, p.301

* Moreaux; Lauby, 1991, p.109

** Hervieu, 1993, p.24. Não trabalha com os mesmos estratos, isto é, utiliza os seguintes: < 10 ha (299.000 explorações); 10 |- 25 ha (147.000 explorações) 25|- 50 ha (162.000 explorações).

***Datar, 2004

O processo acelera-se a partir de 1955, com o permanente movimento de dissolução das micro-propriedades e o crescimento da categoria com área entre 5 a 100 hectares. Por outro lado, percebe-se uma particularidade no período entre 1963-1967: as propriedades com área entre 20 a 50 hectares esboçam um ligeiro aumento e, após, entram no movimento de desintegração, juntamente com as categorias menores. Dessa forma, a área média das propriedades passa de 6 hectares, em 1900, para 13 hectares, em 1955, para 23 hectares em 1985 e para 35 hectares, em 1993 (BRÉMOND, 1990; HERVIEU, 1996).

A estrutura fundiária francesa evolui de acordo com plano "*développement*", que considerava a área entre 50 a 100 hectares como a dimensão ideal para desenvolver-se uma exploração baseada no trabalho familiar. Todavia, a partir de 1975 esta categoria mantém um aumento regular, não expressivo. Enquanto isso as propriedades com mais de 100 hectares apresentam um salto de 38.000 para 61.000 unidades, no período de 1985/93, expressão da reestruturação do processo produtivo com a plenitude da espacialização do capital, e porquanto, da nova forma de trabalho que se impõe ao campesinato, ou melhor, para o agricultor agrícola é o trabalho abstrato - "profissional agrícola". Como coloca Ratin (2004, p.1) "*Les chefs d'exploitation sont devenus chefs d'entreprises*".

Percebe-se que estrutura fundiária francesa permanece em movimento, pois entre 1993 e 2000 ocorre um decréscimo de 137.000 explorações agrícolas, ou seja, passa de 801.000, em 1993, para 664.000 em 2000 (Tabela 2). Infelizmente não se obteve os dados por estrato de área, contudo, pode-se conjecturar que a tendência deu-se em favor do crescimento da área média das propriedades.

A reestruturação fundiária francesa encontra-se vinculada diretamente ao processo de ascensão da geração de "profissionais agrícolas", a qual é resultante do processo de seleção dos incluídos e dos excluídos dessa categoria, adotado conscientemente pelo Estado, pois, ao mesmo tempo em que coloca em prática mecanismos indiretos (pesquisa e difusão de tecnologia), dispõe de mecanismos diretos de seleção, como: sistema de aposentadoria, encorajamento para abandonar a atividade. Como coloca Lacombe (1998, p.31), "*C'est la poursuite de la modernisation par élimination*".

A maximização da utilização de tecnologia na produção agrícola requer uma área compatível para justificar a inversão de capital em técnica, isto é, o tamanho da exploração que apresente potencialidades de valorização do capital aplicado em capital constante (tecnologia). O preenchimento desta condição é percorrido de diferentes maneiras, ou seja, os agricultores lançam mão de estratégias variadas, uma delas segundo Mendras, é:

[*"Profitant du départ de leurs voisins pour s'étendre, s'équiper et s'organiser, ils peuvent jouer de jeu économique de notre société industrielle, et ils sont décidés à le jouer pleinement, tout en cherchant à en modifier les règles à leur profit"* (MENDRAS, 1992, p.26)].

Observa-se que os mesmos estão obtendo sucesso ao verificar o aumento da área média das propriedades, anteriormente citado.

Outra estratégia aparece sob a forma de grupos de exploração formada por pequenos proprietários que colocam suas terras em uso comum, transformando-as em grande exploração, sob a responsabilidade de um dos agricultores, com a utilização de trabalhadores especializados, formando a nova paisagem (modelo) da agricultura francesa - os "*Atelier Spécialisé*". Por exemplo, promove-se a união de 10 pequenos produtores, cada qual com 15 hectares, para desenvolver uma pecuária leiteira tecnificada, com a capacidade de utilizar 200 a 250 vacas, e os 20 trabalhadores

polivalentes das antigas explorações são substituídos por apenas seis trabalhadores especializados (MENDRAS, 1992, p. 335).

Para Mendras (1992), os "*Atelier Spécialisé*" são o novo modelo da agricultura francesa, cada qual especializado em um produto e, portanto, interligados pela relação de mercado, um suprimindo as necessidades de consumo produtivo do outro. Esta interdependência retira o produtor de seu isolamento.

Anteriormente, Mendras (1992) realizava uma análise da exploração agrícola indissociável da família, bem como de uma política agrícola direcionada à exploração familiar, com cada membro desempenhando uma função útil no interior da unidade produtiva. Atualmente, ressalta a necessidade de distingui-la da exploração, pois, no novo modelo agrícola, o homem assume sozinho a exploração e, como a mulher não tem uma função fundamental no processo produtivo, direciona-se às atividades externas, principalmente em serviços de tempo parcial (professoras, serviço médico). Configura-se uma situação "*Radicalement neuve en agriculture, cette situation est analogue à celle des ménages citadins où chacun des époux a un emploi indépendant de celui de l'autre*" (MENDRAS, 1992, p.381).

Nesse sentido, o poder público coloca em prática o mecanismo de incentivo ao abandono da atividade, através de aposentadorias, com a passagem da responsabilidade da exploração para os filhos, por entender que os jovens absorvem com maior facilidade o espírito empreendedor na busca da competitividade da produção agrícola francesa frente ao mercado.

Tal fato afeta as micro-relações de poder no interior da família, com o filho sob a forma de chefe-patrão da exploração e o pai como aposentado. A estabilidade das micro-relações da família sofre outro ataque com a Lei que busca reparar a situação de desfavorecimento que se encontra o filho que permanece na propriedade em relação os demais que obtiveram uma profissão externa, através da criação da noção de "*salaire différé*" que subentende uma "carta de crédito sobre a sucessão".

Esses mecanismos vinculam-se estritamente com a forma de Estado-Providência assumida pelos governos dos países de capitalismo avançado, no período fordista. No qual o Estado toma para si várias obrigações, tanto social (seguridade, assistência médica, habitação, educação) como na área de infra-estrutura pública (HARVEY, 1992). Na França, este Estado do bem-estar social alcançou sua plenitude no espaço rural a um custo "*trop cher*" ao constatar que "... um trabalhador agrícola custa a coletividade o triplo de um trabalhador industrial" (LIMOUZIN, 1992, p.74).

O Estado-Providência revela-se ao agricultor como uma "*véritable garantie de revenu*", pois o Estado considera o agricultor em sua qualidade de trabalhador, e, portanto, serão beneficiados pela mesma proteção social dos trabalhadores salarizados (SERVOLIN, 1989), acrescido das demais subvenções para o setor produtivo. A validação social do trabalho do agricultor será regularizada pelo Estado, ele, e não o mercado, determinará o "*prix juste*" do trabalho, isto é, o nível da remuneração do trabalho do produtor, materializada no fato em que uma parte importante, aproximadamente 50% da renda dos produtores agrícolas são consideradas transferências estatais (SERVOLIN, 1989).

No momento em que o Estado assume a validação social do trabalho agrícola, o trabalho adquire um valor, ou seja, não é o trabalho que é vendido pelo agricultor, e, sim sua força-de-trabalho – uma mercadoria, consubstanciando-se no profissional agrícola.

A força de trabalho colocada em ação é o próprio trabalho, isto é, a atividade vital do agricultor, contudo, agora, apresenta-se sob a forma de trabalho autônomo ao agricultor, trabalho que trás em si sua própria finalidade, assim, o caráter sensível, concreto do trabalho coletivo familiar evapora-se na lógica mecânica do desenvolvimento econômico.

Dessa forma, espacialização do trabalho abstrato no agro francês vem acompanhada de uma visão de mundo próprio do modo de pensar capitalista, e transparece na concepção da terra como "*un territoire abstrait*", no sentido em que um produtor agrícola possui várias explorações em diferentes áreas, bem como as explorações formadas por terras em comum. Recentemente uma nova figura surge para sedimentar a desnaturalização da relação trabalho verso terra; a qual aparece sob a forma de Empresa de Trabalhos Agrícolas que se especializaram em gerir as explorações para os proprietários (HERVIEU, 1996).

Entretanto, o desenvolvimento geograficamente desigual faz parte da produção do espaço rural francês revelando a outra face do processo de ascensão do trabalho abstrato na produção agrícola, formada pelas pequenas propriedades que não se dissolveram, até este momento. Senão apresentam um tendência de desaparecimento fundamentada no movimento descendente do número das menores propriedades (Tabela 2).

As pequenas propriedades encontram-se disseminadas pelo espaço francês, formadas por atores sociais heterogêneos, mas com um traço em comum, a não necessidade da terra como instrumento de trabalho, isto é, possuem um trabalho externo à propriedade, e, os que não o possuem, usufruem uma renda externa como os aposentados, ou de subvenções estatais destinadas às propriedades localizadas em áreas montanhosas. Pois, a presença de "ajudas particulares" as propriedades em áreas montanhosas reflete a "nova função" dos produtores a de proteção à natureza direcionada ao turismo ecológico (LACOMBE, 1998; MATHIEU, 1997).

Sob a "nova função" o agricultor será remunerado por manter-se produzindo com técnicas tradicionais, materialização do saber camponês, que trás à tona o lirismo de "*la vie paysans*", e parece sob a forma de mercadoria para o turista. O camponês permanece camponês, produz em sua relação direta com a natureza, sua atividade como um trabalho concreto, direto, diferenciando-se de seus antepassados por este trabalho tradicional não ter como finalidade direta da sua sobrevivência, e, sim como um trabalho desprovido de sua essência vital/natural, pois é um trabalho realizado para vender ao turista. E a validação social do trabalho será proporcionada pelo Estado, o simulacro camponês tornou-se mercadoria moderna, na indústria do turismo.

Na busca de qualidade de vida junto à natureza, as pequenas propriedades se apresentam com o significado de segunda residência para uma categoria de profissionais liberais, como por aposentados provenientes de outros setores da produção e, os inativos da agricultura que cultivam a nostalgia do passado. Nesta última categoria, constata-se um fenômeno interessante, isto é, a ausência de sucessor, colocado a mostra pela seguinte estatística: entre 1988 a 1998, 56.700 agricultores franceses obtiveram a aposentadoria, contudo, 75% deles não possuíam sucessor para herdar suas terras (ROY, 1993, p.164).

Ressalta-se a presença da categoria "*l'ouvrier-paysan*" que mantém uma pequena exploração agrícola conjugada com uma atividade externa agrícola ou não agrícola, configurando a "*pluriactivité*" (MENDRAS, 1992; KAYSER, 1989). Constitui-se na agricultura realizada em tempo parcial, e, portanto, contribui de forma parcial para a renda do produtor, a qual é obtida em diferentes campos de atuação.

Do ponto de vista da dinâmica econômica do setor produtivo agrícola, estas categorias são residuais, exprime uma antiga agricultura excluída da categoria de "*entrepreneurs de L'Europe*". Denomina-se "*entrepreneurs de L'Europe*" por serem filhos da Política Agrícola Comum (PAC) que traçou as diretrizes da política agrícola adotada pelos países membros da Comunidade Econômica Européia –CEE.

Por conseguinte, a reestruturação do espaço rural francês com a sedimentação do trabalho como profissão e o surgimento de "novas funções" do "espaço rural"

fazem parte dos pressupostos exigidos no processo de integração europeia. A PAC deu as coordenadas da recomposição do espaço rural em direção à "rurbanisation" (AITABDELMALEK, 1997).

Observa-se que a Política Agrícola Comum (PAC) se reveste da concepção do modelo de desenvolvimento econômico pautado na racionalidade capitalista, por conseguinte, subvertendo o espaço rural em termos de seleção sobre a base de critérios econômicos, como resultado há produção de um espaço comandado pelo poder industrial.

A concepção industrial sobre a reorganização espacial da produção agrícola pode ser observada via o fenômeno que Hervieu (1996) denomina de "une agriculture délocalisée", isto é, as atividades agrícolas são deslocadas em função da instalação da indústria de transformação, que por sua vez busca uma posição geográfica estratégica (eixos rodoviários, ferroviários, centros consumidores), acarretando um duplo aspecto – concentração e especialização da produção.

Os pressupostos da PAC foram atingidos, a ponto de subverter a própria concepção de espaço rural como território da produção primária de alimentos, para enquadrá-lo nos moldes da lógica moderna de produção e consumo, ditada pelos padrões urbanos. Essa questão pode ser visualizada ao se introduzir na análise o peso de cada setor da economia na geração de empregos, ou seja, o setor terciário compreendia 72,99% dos postos de trabalho, a indústria proporcionava 16,5%, a construção civil contribuía com 6,17%, enquanto que a agricultura gerava 4,2% destes postos, em 2000 (AMBIAUD; DOGUET, 2004). Segundo Dollé (2004, p. 48) "Au cours de ces quinze années (1985-2000), tandis que l'agriculture perdait plus de 600.000 emplois et l'industrie plus de 800.000, le secteur tertiaire dans son ensemble em gagnait près de quatre millions".

Pode-se acrescentar na análise de Dollé (2004) que o aumento do setor terciário vincula-se ao próprio processo de terciarização da economia rural, a qual gera empregos no espaço rural não ligados diretamente a atividades agrícolas. Por conseguinte, demonstra a própria urbanização do espaço rural.

PALAVRAS FINAIS

As transformações processadas no espaço rural removeram os obstáculos levantados pela visão tradicional do camponês e remeteu-os a sociedade moderna do trabalho – transformando-os em profissionais agrícolas.

Esse fenômeno advém dos avanços tecnológicos que proporcionam circunscrever a agricultura no espaço que apresente as melhores estratégias. No caso dos Estados Unidos, no horizonte de 2010, estima-se que 4% do território será utilizado para cobertura alimentar do país, na França poder-se-á concentrar quase a totalidade da produção agrícola em 10 departamentos.

Nesse contexto, a nova linha de desenvolvimento defendida pela PAC (1992) é a "le développement durable" abrangendo três dimensões a econômica, a de pesquisa e a ecologia (conservação do meio ambiente natural e social/patrimônio cultural). A dimensão de preservação do meio ambiente natural e social reflete a fomentação da incorporação da "nova função" do agricultor a de protetor do meio ambiente (NOËL, 1997; LAJARGE, 2002).

Dessa forma, atualmente, a questão colocada pelos técnicos, pesquisadores e administradores franceses sobre o espaço rural está direcionada na discussão de

como despertarem o interesse de jovens para dar continuidade ao empreendimento agrícola, ou seja, como atraí-los para a profissão de agricultores, pois de quatro produtores que deixaram a agricultura, em 2000, apenas um jovem foi instalado pelo programa governamental de atração de jovens agricultores. Assim, a luta contemporânea é contra o “agropessimismo” presente na sociedade francesa. Tal fato torna-se preocupante ao se apresentar uma perspectiva de um decréscimo no número de explorações agrícolas para 220.000, em 2020, em vez da 664.000 explorações existentes em 2000.

Nesse contexto, o governo lançou, em 2003, um dossiê denominado “Une nouvelle politique pour le monde rural”, no qual são trabalhados os pontos cruciais a serem atacados pela ação governamental para o espaço rural. Ressalta-se que esse documento desenvolve sua análise a partir de quatro funções diagnosticadas do espaço rural, quais sejam: a função recreativa/ turística, a residencial, a de preservação da natureza e a produtiva. Essa pesquisa salienta que o espaço rural “constitue aujourd’hui un lieu de résidence recherché, une destination de plus en plus courue par les vacanciers, et deviente un terrain d’initiatives” (DATAR, 2004, p.7). Percebe-se que abordagem não se volta somente para a produtiva até então predominante, mas para as novas funções que assumem esse espaço na contemporaneidade. Pois, em determinadas áreas à função residencial apresenta-se como dominante, constituindo-se nas áreas “periurbain”, nas quais a média de empregos agrícolas é 2%, enquanto que 40% da população residente trabalha em outros lugares e em outras atividades (DATAR, 2004).

Para Giraut (2002) a “recomposition territoriale” colocada em prática pelo processo de modernização e racionalização, desencadeado pelas reformas implantadas na reprodução do espaço francês, proporcionou a necessidade de se ver esta recomposição sob a ótica pós-moderna, pois ela é fruto da condição pós-moderna herdada da modernidade. Para o autor sob esta ótica o que se impõe como tendência da recomposição territorial seria uma “Géométrie variable”, a qual abrangeria “la création de territoire spécialisés et, le traitement institutionnel différencié de l’espace” (2002, p.155).

Pode-se dizer que a condição pós-moderna traz consigo o desafio de pensar o espaço não com um todo homogêneo, mas pensá-lo a partir das especificidades presente no território. Tal tendência é possível de ser observada na atual abordagem do “monde rural” no documento sobre as diretrizes de planejamento do espaço rural, pautado nas novas funções que o mesmo assume.

Percebe-se que a reestruturação do espaço rural francês personifica a transição histórica do moderno para o pós-moderno, pois, “... o moderno triunfa sobre e aniquila completamente o velho: a natureza é eliminada juntamente com o velho campo da agricultura tradicional; até os monumentos históricos sobreviventes, agora limpos, tornam-se simulacros brilhantes do passado, e não sua sobrevivência” (JAMESON, 1996, p.315).

Nesse contexto, o campesinato reaparece sob a forma de “simulacros brilhantes do passado” – como mercadoria moderna, cujo velho esvai-se no moderno, o qual é a substância para a passagem para o pós-moderno, desnaturalização da produção agrícola, materializada na ascensão do profissional agrícola.

REFERÊNCIAS

AITABDELMALEK, Ali. L'Europe et l'exploitation familiale agricole. **Économie rurale**, Paris, n° 238, p.27-33, 1997.

ANTONELLO, I. T. **A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato**. São Cristóvão: NPGeo/UFS, 2001.

AMBIUAD, Eric (Coord.) **Structuration de l'espace rural: une approche par les bassins de vie**. Disponível em: < www.insee.fr >. Acesso em: 24 fevereiro 2004.

BRÉMOND, J (Org.) **L'Économie française face aux défis mondiaux**. 5ªed. Paris: HATIER, 1990.

CERF, Marianne; LENOIR, Daniel. **Le développement Agricole en France**. Que sais-je? 1ªed. Paris: Presses Universitaires de France, 1987.

DATAR – Délégation à l'aménagement du territoire et à l'action regionale. Une nouvelle politique pour le monde rural. **Dossier**. Disponível em: <www.datar.gouv.fr >

Acesso em: 24 fevereiro 2004.

DOGUET, B. **L'emploi départemental et sectoriel de 1989 à 2000**. Disponível em: <www.insee.fr>. Acesso em: 22 fevereiro 2004.

DOLLÉ, Michel (Coord.) **La longue route vers l'euro: croissance, emploi, revenus, 1985-2000**. Disponível em: <www.ladocumentationfrancaise.fr>. Acesso em: 22 fevereiro 2004.

GRALL, Jacques. **L'Agriculture**. 2ª ed. Paris: Le monde Editions, 1994.

GIRAUT, Frédéric. L'exception territoriale française sous influence européenne? Resistuer la dynamique du système français d'administrtrtion territoriale. **L'Information Géographique**, Paris, v. 66, n. 2, p.133-161, 2002.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. SP: Loyola, 1992.

HERVIEU, Bertrand. **Les Agriculteurs**. Que sais-je? 1ªed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo a lógica cultural do capitalismo tardio**. SP:Ática, 1996.

KAYSER, B. **La renaissance rurale**. 2ªed. Paris: Armand Colin, 1989.

LACOMBE, Philippe. Une agriculture en quête de modèle: des scénarios. **Paysans**, Paris, n° 248, p.27-34, mars-avril 1998.

LAJARGE, R. Territoires au pluriel: projets et acteurs en recompositions. **L'Information Géographique**, Paris:SEDES, vol.66, n° 2, p.113-132,2002.

LIMOUZIN, Pierre. **Agricultures et industries agro-alimentaires françaises**. Paris: Masson,1992.

MARX, K. As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850.In: MARX, K; ENGELS, F. **Obras escolhidas**. 4ªed. SP:OMEGA, vol. 1, s/d, p.111-286.

MATHIEU, Nicole. Les enjeux de l'approche géographique de l'exclusion sociale. **Économie Rurale**, Paris, n° 242, p.21-27, 1997.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans**. Suivi d'une réflexion sur la fin des paysans ving ans après. 3ªed. Paris: BABEL, 1992.

MOREAUX, D; LAUBY, J.P. **La France contemporaine**. 2ªed. Paris: Bordas, 1991

NOËL, Gilbert. La Politique Agricole Commune (PAC). Ruptures et continuité dans l'histoire de l'Europe rurale. **L'Histoire & Société Rurales**, Paris, nº 8, p. 121-145, 1997.

RATIN, Solange. **L'Agriculture n'est plus un état mais une profession**. Disponível em: < www.iness.fr >. Acesso em: 22 fevereiro 2004.

RIFKIN, J. **La fin du travail**. Paris: La Découverte, 1997.

ROY, Pierre Le. **Les Agricultures françaises face deux marchés mondiaux**. Paris: Armand Colin, 1993.

SERVOLIN, Claude. **L'Agriculture Moderne**. 1ª ed. Paris: Seuil, 1989.

Recebido em janeiro de 2003

Revisado em fevereiro de 2004

Aceito em março de 2004